

O uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua

uma leitura winnicottiana

Luiz Felipe Campos Monteiro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MONTEIRO, LFC. O uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua: uma leitura winnicottiana. In: NERY FILHO, A., *et al.* orgs. *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA; Salvador: CETAD, 2009, pp. 139-159. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN 978-85-232-0882-0. Available from SciELO Books
<<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE II
Incidências Clínicas

O uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua: uma leitura winnicottiana

Luiz Felipe Campos Monteiro¹

Qual a expressão de esperança que o uso de substâncias psicoativas, por crianças e adolescentes em situação de rua, pode vislumbrar? Esse é o questionamento que se coloca na tentativa de compreender o fenômeno do uso abusivo de drogas, nessa população, a partir de uma leitura winnicottiana. Mas, por que utilizar um autor psicanalítico que se deteve, especialmente, sobre as questões do desenvolvimento emocional relacionadas ao sofrimento psicótico de crianças?

A razão para tal investida se fundamenta em suas proposições acerca do desenvolvimento emocional primitivo aplicadas, originalmente, na compreensão de transtornos psicopatológicos e nas tendências anti-sociais, que possibilitam refletir sobre o uso de entorpecentes como uma marca do indivíduo em sua interação com o mundo.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é refletir sobre a maneira pela qual o percurso do desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes em situação de rua gera reverberações nos modos como estes estabelecem os possíveis encontros e a manutenção do uso de drogas. Ou seja, em nome de que, em sua história de desenvolvimento, essas crianças e adolescentes estão fazendo uso de substâncias psicoativas? Assim, em um

primeiro momento, iremos delinear alguns aspectos da trajetória e da condição existencial de crianças e adolescentes em situação de rua para, em seguida, apresentar os princípios da teoria de desenvolvimento emocional de Winnicott que darão base às reflexões sobre o tema em discussão.

Aspectos da trajetória e condição existencial de crianças e adolescentes em situação de rua

Um primeiro passo nessa iniciativa é buscar compreender quem são as crianças e adolescentes que estão em situação de rua fazendo uso de substâncias psicoativas. Não cabe, aqui, a distinção colocada por alguns autores entre crianças que vivem definitivamente na rua ou que trabalham na rua; o interesse, nesse momento, é compreender como o uso de substâncias psicoativas por essas crianças e adolescentes repercute em implicações sociais e subjetivas relevantes em suas vidas. Todavia, uma observação sobre a nomenclatura dada pelo senso-comum “meninos de rua”, torna-se aqui importante.

Alves (1998) aponta, como causa prioritária da saída de crianças e adolescentes de suas casas, a miséria econômica e afetiva – efeitos de uma exclusão social que incide, diretamente, sobre as classes populares urbanas dos grandes centros. Ainda que a saída de casa possa desempenhar, para muitos, a fuga de um ambiente hostil de agressividade excessiva e, até, de abuso físico ou sexual, “do ponto de vista emocional, a saída de casa pode representar o fracasso total do apego que um indivíduo tinha com as pessoas de sua família e desta para com ele” (HUTZ; KOLLER, 1997, p. 7), ou seja, a ausência do cuidado por parte de um adulto e a significação que esta atenção possui no desenvolvimento do indivíduo proporcionaria uma constituição subjetiva muitas vezes marcada pela falta de proteção e pelo sentimento de rejeição.

Faltaria a essas crianças e adolescentes, sobretudo, um espaço simbólico que lhes permitisse se reconhecerem como singulares e, ao mesmo tempo, como pertencentes a uma coletividade (FERREIRA, 2001). Tal constatação leva a crer que essa população está exposta a uma série de riscos de ordem médica – doenças, desnutrição, etc. -, social – ambientes violentos e de exposição às drogas - e de ordem psicológica – efeitos do abuso de drogas, negligência ou exploração (HUTZ; KOLLER, 1997).

Fica patente que, apesar de a rua ser um local de risco para tal população, é, também, um local onde as crianças e adolescentes encontram algum tipo de compensação que as ata na condição existencial em que vivem. Portanto, é possível pensar sobre a manutenção dos modos de existência de tais pessoas, incluindo aí, as condições socioeconômicas, como uma tentativa de organização relacional com o mundo e com as pessoas ao seu redor. E mais, tal tentativa pode ter como substrato a busca de sentidos ou soluções para uma história de conflitos, frustrações e privações emocionais (SÁ, 2001).

Perceber tais pessoas nessa perspectiva elimina uma concepção pela qual elas são tidas apenas como efeito de uma condição socioeconômica desfavorável, para poder vislumbrar, em seus movimentos, uma busca de posição ativa frente a si mesmo e ao mundo. Ainda que a permanência na rua esteja permeada pela ruptura precoce com a família, com a comunidade de origem e, muitas vezes, com as diversas instituições e programas de assistência, a sucessão de perdas possibilita que essas criem, no espaço da rua, relações substitutivas. Segundo Ferreira,

[...] o bando passa a ter a função de proteção e controle; alguns considerados – conhecidos em instituições, viagens ou próximos de seus locais de maior permanência – donos de restaurante, pessoas caridosas, moradores complacentes – passam a ter certa função afetiva. (2001, p. 35).

Isso posto, se faz necessário um olhar diferenciado sobre o espaço no qual essa população se desdobra, em seu dia-a-dia. Parto da concepção de que a rua é, para além de suas vicissitudes, um espaço público que, ao mesmo tempo, se torna um espaço privado² onde atividades como higiene pessoal, alimentação, a vida sexual e o dormir, tidas como essencialmente privadas, em uma sociedade moderna, são vividas, cotidianamente, pela população citada em meio à exposição e à falta de fronteiras da rua. Compreende-se a apropriação da rua como a expressão de aspectos subjetivos de cada indivíduo, onde muitos irão construir seus referenciais de identidade, de sobrevivência e de relação com o outro. Assim, noções de limite, de regras de conduta, de privacidade e acolhimento são constituídas em meio à fragmentação, transitoriedade e vulnerabilidade que definem os movimentos, os sons e o tempo da rua.

Esse é o retrato de um *ethos*³ de formação de indivíduos, sobremaneira fragmentado, no sentido de não fornecer as possibilidades adequadas para a vivência de um mundo no qual o indivíduo possa se reconhecer na expressão facial de seus cuidadores e nos elementos estéticos de configuração dos espaços, do tempo e dos objetos que o cercam. A importância do *ethos* humano diz respeito às condições de possibilidade para a emergência do acontecer humano, das sensações de sentir-se vivo e real; trata-se do registro ontológico na constituição do indivíduo, das condições de alojamento do *self* no mundo. Nesse registro, a existência se dá, necessariamente, em presença de variantes sociais, culturais, políticas, econômicas, históricas e religiosas (em um registro coletivo) e em presença de outro cuidador que possibilitam a capacidade de sentir-se vivo, real e criativo, em um registro individual. (SAFRA, 2004; VAISBERG, 2004).

Compreender a vivência dos meninos e meninas em situação de rua a partir do vértice do *ethos* humano é, sobretudo,

reconhecer as conseqüências do contexto desta população. A falta dos cuidados essenciais das figuras parentais e a falta de um continente cultural e comunitário que abarque as necessidades de desenvolvimento em termos de vivenciar um mundo que é tido como próprio, “leva a um tipo de sofrimento que apesar de alcançar o registro psíquico, não tem sua origem no psíquico. São sofrimentos que acontecem em registro ontológico” (SAFRA, 2004, p. 26-27).

As condições de vivência na rua, onde a delimitação dos espaços públicos e privados é extremamente frágil, é um traço da fragmentação do *ethos* dessa população, na medida em que não se constitui a possibilidade de sentir-se possuidora de uma vida privada, única, singular.

Parte-se aqui da hipótese de que o uso de substâncias psicoativas pela população em situação de rua cumpre a função de possibilitar a vivência de um estado no qual a fragmentação do *ethos* dê lugar às sensações que remetem a uma solidão essencial⁴. Assim, cabe, nesse momento, uma exposição do desenvolvimento emocional proposto por Winnicott.

Princípios e conceitos da teoria do desenvolvimento emocional de D. Winnicott

As colocações feitas até aqui permitem, nesse momento, identificar, na obra de Winnicott, os princípios do processo de amadurecimento que utilizaremos como base para as reflexões acerca do uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua.

De acordo com Avellar (2004), Winnicott propõe uma teoria que se pauta na idéia de uma tendência em direção ao desenvolvimento que, em última instância, agrega ao indivíduo a experiência de integração, ou seja, a experiência de se sentir real, de existir em um corpo, ao longo do tempo e disposto no espaço.

Dessa forma, o autor privilegia o ambiente (sua dinâmica e organização) como um dos fatores preponderantes, na jornada de desenvolvimento emocional do indivíduo. O privilégio que confere à relação mãe-bebê deixa claro que a figura materna é a primeira a dar a noção e a sensação de que esse bebê vive em um mundo que se dispõe em temporalidade, espacialidade e afetividade.

O princípio norteador do desenvolvimento maturacional se sustenta, de modo especial, na noção de provisão ambiental, que será tomada por Winnicott através do conceito de dependência. Segundo o autor, em texto de 1963, o desenvolvimento do indivíduo ocorre a partir de uma mudança gradual que vai da dependência à independência em relação ao ambiente que acolhe o recém nascido.

Não há nada de novo sobre a idéia da dependência no sentido da independência. Cada ser humano precisa começar esta jornada, e muitos chegam a algum lugar não muito longe de seu destino, e chegam a uma independência com o sentido social intrínseco [...]. O Valor dessa abordagem é que ela nos permite estudar e discutir ao mesmo tempo os fatores pessoais e ambientais. Nesta linguagem normalidade significa tanto saúde do indivíduo como da sociedade, e a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo e doente. (WINNICOTT, 1983, p. 80).

Nessa citação, Winnicott expõe o papel do ambiente social na configuração do desenvolvimento maturacional. Assim, nesse momento, é importante destacar como o autor aproxima a possibilidade de doença não só da constituição em si do indivíduo, mas da condição de saúde do ambiente social no qual cada um está inserido.

Ao propor o desenvolvimento do indivíduo em termos de “da dependência à independência”, sugere três categorias para compor a sua compreensão acerca desse tema, que são: dependência absoluta; dependência relativa e rumo à independência.

O estágio de “dependência absoluta”, em que se encontra o recém-nascido, em seus primeiros meses de vida, é o fundamento para o que Winnicott denominou de ilusão primária. Nesse momento, o bebê não é capaz de distinguir o eu e o não-eu. Assim, seu primeiro contato com o mundo se dá através de uma experiência de ilusão: no instante em que a mãe, em sua adaptação quase completa, dá ao bebê seu seio enquanto algo que é necessitado, ela está dando a oportunidade de seu filho ter a ilusão de que criou o que necessitava. Essa é a primeira criação do ser-humano. O mundo, nesse momento, é experimentado através do que Winnicott denomina de objeto subjetivo – o seio materno enquanto um elemento da realidade externa é experienciado como algo criado pela ilusão primária infantil: “este objeto encontra-se sob o domínio da onipotência da criança e dá entrada à constituição do seu self” (SAFRA, 2005, p. 20).

A mãe suficientemente boa é essa, capaz de sustentar, durante um certo período, a ilusão primária de onipotência infantil e, ao longo do tempo, ser capaz de fornecer um ambiente que possibilite à criança sair desta posição de onipotência para ganhar a experiência do mundo na materialidade dos objetos e em sua alteridade fundamental. A segunda tarefa primordial da mãe suficientemente boa⁵ é proporcionar a desilusão, através do desmame e da apresentação de objetos do mundo externo. Este é o momento da “dependência relativa”.

Winnicott denominou apresentação de objeto a função da mãe de trazer o mundo em pequenas doses ao bebê, de cuidar para que o ambiente seja previsível, protegendo o bebê de acontecimentos que ainda não são passíveis de serem por ele compreendidos. Aos poucos, a mãe apresenta o mundo ao seu bebê, na medida do que ele pode compreender, facilitando-lhe as primeiras relações objetivas. (AVELLAR, 2004, p. 59).

É nesse percurso de desilusão que nascem os fenômenos transicionais apontados por Winnicott (1978), em 1951, como a

área intermediária entre a ilusão primária e a percepção objetiva dos objetos do mundo. Os fenômenos transicionais cumprem a função de proporcionar ao bebê, através de objetos, canções, palavras, maneirismos, a experiência de sentir-se como algo que pertence ao mundo, uma sensação relativa à sua vivência primária com sua mãe. Winnicott dá especial ênfase aos objetos transicionais (ursos de pelúcia, travesseiro, coberta, etc.) que, por se constituírem como materialidade mediadora entre a ilusão primária e a percepção objetiva do mundo, possibilitam à criança uma relação com o mundo pautada na alteridade desse perante a individualidade infantil em construção. Entende-se, portanto, que os fenômenos e objetos transicionais são, antes de tudo, uma passagem, uma transformação na experiência do *self* que, ao tempo em que está ganhando a noção de um mundo que existe para além de sua ilusão e vontade, está, também, ganhando a noção de que existe como um corpo que ocupa um lugar nesse mundo.

De acordo com o autor em questão, na medida em que os fenômenos transicionais cumprem sua função, sendo, gradualmente, descatezizados,

[o objeto transicional] perde o significado e isso se deve ao fato de que os fenômenos transicionais se tornaram difusos, espalharam-se por todo o território intermediário entre a 'realidade psíquica interna' e o 'mundo externo, tal como percebido por duas pessoas em comum', isto é, por todo o campo cultural. (WINNICOTT, 1978, p. 394).

Ao experienciar um mundo que pode prover suas necessidades através da sensação de sentir-se real e presentificado num corpo, no tempo e no espaço, a criança pode despontar para o que Winnicott, em 1963, denomina de "rumo à independência". Nesse momento, caso o processo de maturação ocorra sem maiores percalços, o indivíduo já possui os elementos essenciais para fazer uso dos objetos do mundo de modo criativo e singu-

lar, ou seja, já é capaz de fazer sua apropriação do mundo que, em outras palavras, diz respeito à construção do seu lugar na cultura.

O percurso do desenvolvimento, ao ser encarado como processo de maturação, proporciona ao indivíduo rumo à independência a condição de uma saúde psíquica. Segundo o autor, saúde é sinônimo de maturidade, na medida em que o adulto se identifica com a sociedade, sem perda da espontaneidade social; ou seja,

O adulto é capaz de satisfazer suas necessidades pessoais sem ser anti-social, e na verdade, sem falhar em assumir alguma responsabilidade pela manutenção ou pela modificação da sociedade em que se encontra. (WINNICOTT, 1983, p. 80).

Infelizmente, não é isso que se observa na trajetória de desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de rua. No percurso de buscar satisfazer as necessidades básicas para a constituição de si-mesmo, o objeto droga se apresenta como uma resposta às falhas de provisão ambiental e social.

Reverberações subjetivas das fraturas no desenvolvimento maturacional

Uma reflexão sobre as reverberações subjetivas de crianças e adolescentes em situação de rua parte do pressuposto de que o desenvolvimento emocional de tal população é marcado por uma interrupção precoce dos cuidados minimamente necessários para um desenvolvimento adequado, tal qual apontado por Winnicott. As falhas ambientais precoces, expostas na trajetória de muitas crianças e adolescentes que são abortados de suas casas e de um zelo afetivo adequado, prejudicam, enormemente, a sua capacidade de sustentar as frustrações experimentadas e os riscos envolvidos na falta de desdobramento de certas

experiências, colocadas por Winnicott como fundamentais. Em vista disso, supomos que o uso de substâncias psicoativas nessa população pode desempenhar uma função subjetiva diretamente relacionada a esse desenvolvimento emocional.

Sobre as conseqüências subjetivas de um desenvolvimento infantil envolto em um ambiente falho, Winnicott (1983), em 1960, aponta algumas possibilidades que vão desde a psicose infantil até as tendências anti-sociais. Para dar conta desses fenômenos, o autor lança mão de dois conceitos fundamentais em sua obra: o “*self* verdadeiro” e o “falso *self*”.

O pressuposto de sua análise e da descrição da etiologia das reverberações subjetivas relacionadas ao verdadeiro e falso *self* é que não é possível fazer afirmações que não levem em conta a relação mãe-bebê. O âmbito de origem das defesas psíquicas relacionadas ao “falso *self*” é o das primeiras relações objetais, ou seja, quando a criança está na jornada da perda da onipotência, ainda não se configurando como um ser completamente integrado. Na medida em que a mãe suficientemente boa pode corresponder (periodicamente), com suas ações de acolhimento e amamentação, aos gestos espontâneos de seu filho, se criam as bases experimentais do *self* verdadeiro.

No estágio de dependência absoluta⁶, é através do movimento de corresponder aos gestos espontâneos do bebê que a mãe permite que ele usufrua a sua própria onipotência e respeite os limites entre ausência e presença da mãe. Nesse caso, a mãe saberá o momento e as formas adequadas para a apresentação de objetos transicionais que irão auxiliar para que a criança possa estar mais tempo ausente de sua mãe, sem que isso a perturbe. Todavia, quando a mãe não é capaz de corresponder aos gestos espontâneos e às necessidades de seu filho, de modo eficiente, são criadas as bases experimentais do falso *self*, que nasce em função de uma defesa frente às exigências do ambiente precário.

Através deste falso *self* o lactente constrói um conjunto de relacionamentos falsos, e por meio de introjeções pode chegar até uma aparência de ser real, de modo que a criança pode crescer se tornando exatamente como a mãe, ama-seca, tia, irmão ou quem quer que domine o cenário. O falso *self* tem uma função positiva muito importante: ocultar o *self* verdadeiro, o que faz pela submissão às exigências do ambiente. (WINNICOTT, 1983, p. 134).

Ainda que tal afirmação tenha sido feita em um artigo de 1960, vemos, em uma outra publicação do autor, “A Tendência Anti-Social”, de 1956, uma referência que possibilita a aproximação com o conceito de falso *self*. Segundo o autor, as tendências anti-sociais são frutos de uma privação de cuidados adequados através da qual a criança passa por uma experiência de perda de algo bom e necessário para o seu desenvolvimento, o que implica em que esta, tendo a noção de que perdeu algo afetivamente muito importante e, como uma forma de reivindicar o que perdeu, desenvolve um comportamento marcado pela agressividade e pela desconfiança nos outros e no mundo. Contudo, Winnicott, em 1951, afirma, peremptoriamente: “A tendência anti-social implica esperança” (1978, p. 503).

Pode-se então, arriscar uma aproximação com o conceito de falso *self*, na medida em que os comportamentos associados às tendências anti-sociais remetem a uma reação frente às falhas ambientais, tal qual na constituição do falso *self*. Nesse sentido, pode-se vislumbrar o falso *self* atuando nas tendências anti-sociais como uma forma de defesa frente ao que foi perdido. Assim, ao mesmo tempo em que se torna um modo de existência frente a uma história de riscos psicológicos, exerce a função de proteger o verdadeiro *self*, fato que, em si mesmo, implica, como disse Winnicott, uma possibilidade de esperança.

Neste ponto, tomamos tal proposição como fundamento para uma reflexão sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua. Tal como ex-

posto, no percurso de desenvolvimento desta população, muitos viveram, em suas casas, ou vivem, na rua, experiências de risco psicológico, físico e social que comprometem o desenvolvimento emocional. Ainda que muitos possam ter tido as primeiras experiências de onipotência infantil – núcleo do verdadeiro self –, não seria difícil pensar que, ao longo do seu crescimento, tenham passado por sérias dificuldades, trazidas por um ambiente sociocultural, espacial e afetivo desfavorável que, por sua vez, tenham favorecido a produção de um falso *self* para protegê-las contra as angústias de aniquilação ou separação.

Uma vez que Winnicott, em sua análise dos processos de desenvolvimento emocional, se pauta, de modo recorrente, nas experiências vividas pelo bebê junto à mãe, a perspectiva sobre as possíveis funções das drogas para tal população, que nos propomos a seguir, parte, também, de uma interpretação sobre as experiências proporcionadas pelas drogas.

De acordo com Souza, em seu artigo “Aspectos clínicos e metapsicológicos dos usos das drogas”, as experiências proporcionadas pelos usos de substâncias psicoativas “podem ser melhor avaliadas quando aproximadas dos objetos líquidos e gasosos⁷ que se misturam fusionalmente com o sujeito” (2003, p. 5). Tal proposição se sustenta pelo fato de que, ao fazer uso das drogas, as crianças e adolescentes em questão, estariam diminuindo as angústias relacionadas a suas condições existenciais e, assim, através das sensações de prazer e êxtase, estariam vivenciando uma experiência de solidão tal qual vivida no estágio de dependência absoluta. Experiência de solidão que, na trajetória desses indivíduos, não pôde se desdobrar em outros modos de contato com o mundo, de forma satisfatória.

No movimento compulsivo de experimentar tais sensações, pode-se vislumbrar uma tentativa de reparação frente a uma história de desenvolvimento caracterizado por falhas ambientais.

Sendo assim, é nesse ponto que se percebe uma expressão de esperança no uso de substâncias psicoativas por tal população, pois, o mesmo uso gerador de conseqüências danosas ao indivíduo proporciona uma experiência de solidão que é base de expressão do verdadeiro *self*. Essa experiência de solidão propiciada pelo uso de substâncias psicoativas se configura como um momento no qual a criança ou o adolescente entra em uma modulação que o afasta de um ambiente perturbador e fragmentado onde não existem espaços afetivos para a reclusão, para a reserva psíquica, para uma vivência que não seja ameaçada pelas intempéries do ambiente da rua.

Gilberto Safra (2004) adverte para a importância da fundação dos registros privados e públicos, ao longo do desenvolvimento infantil. Para além de uma questão meramente social, de estar ou não em convívio com outros, o estabelecimento do público e do privado é um dos pontos mais importantes na trajetória do processo de singularização, onde se posiciona a possibilidade de alojamento do *self* em um corpo próprio e em um mundo compartilhado.

Alguns pacientes, sem poder criar o privado, buscam no isolamento uma saída para a angústia de sentir-se invadido pela presença constante dos outros em seu espaço íntimo. Frequentemente, essa solução defensiva traz outro tipo de angústia: o horror de jamais ser encontrado. (SAFRA, 2004, p. 152).

Essa compreensão pode ser contextualizada na condição existencial das crianças e adolescentes em situação de rua. Neste escopo, não só a trajetória de vida mas, também, a vivência da fragmentação da rua contribui para a constituição precária dos registros do público e do privado. Falta, no percurso de desenvolvimento dessa população, um contingente afetivo e simbólico que possibilite a fundação desses dois registros. Isso pode ser expresso, de modo especial, nos nomes que cada um possui, em

que não há a enunciação dos sobrenomes, nem mesmo do nome próprio. A identificação de cada um é feita, geralmente, por um simples apelido dado a partir de uma característica corporal. Não há história do nome; logo, resta uma lacuna no registro do Outro que não garante um lugar subjetivo em meio aos demais.

A inserção precária dos cuidadores ou dos responsáveis, na história de vida dessa população, os exime de uma participação naquilo que é compartilhado por uma família ou uma comunidade, ou seja, os mitos, a tradição geracional e os conflitos característicos de uma família, ao longo de sua história. Esses elementos fazem parte da configuração do lugar subjetivo que a criança pode ocupar na vida de seus cuidadores, sendo, portanto extremamente relevantes na fundação do registro público. Sem esse registro, resta um substrato deveras escasso para a constituição do domínio privado, por excelência, espaço da singularização do indivíduo a partir do domínio público. Desse modo, como a dimensão simbólica originária dos elementos citados anteriormente não faz presença na singularização do indivíduo, resta-lhe apenas o corpo como espaço de uma vivência privada e singular. Eis aí um lugar que o uso de drogas pode vir a ocupar.

Ao possibilitar sensações de entorpecimento e êxtase, a depender de qual substância for consumida, o uso de drogas por essa população possibilita uma experiência eminentemente corporal. A lacuna do registro público impede que o uso dessas substâncias remeta a algum elemento simbólico de sua subjetividade. Nessas circunstâncias, o corpo é o único elemento próprio que o indivíduo possui diante de uma história de vida e de um ambiente fragmentado como a rua. O consumo de droga funciona como um dispositivo que garante vida a esse corpo; em última instância, essa função desencadeia a possibilidade de sentir-se vivo no único registro que lhe é próprio – o corpo.

Tal constatação leva, por sua vez, ao paradoxo que o consumo de substâncias psicoativas imprime a essa população: ao mesmo tempo em que o uso compulsivo posiciona o indivíduo em uma rota mais próxima para a morte, é esse mesmo uso que lhe possibilita sentir-se vivo em algo exclusivamente seu: o corpo.

Utilizando-se dos conceitos winnicottianos, Souza reitera:

Quando o falso self tende a isolar o verdadeiro self, ameaçando lhe conceder uma existência apenas virtual, o uso da droga, ao diminuir as angústias mais precoces, assegura um espaço vital para o modo de experiência do verdadeiro self. (2003, p. 9).

Pode-se vislumbrar, nessa experiência do verdadeiro self, o lócus do exercício da função corporal que a droga ocupa na dinâmica existencial dessa população.

Tomando essas proposições como norte para reflexão, os problemas psicossociais relacionados ao uso de drogas da população em questão, não se assentam, apenas, sobre o consumo das substâncias em si, mas na falta de experiências (afetivas, culturais, lúdicas) de contato com o mundo que lhes dê a possibilidade de experienciar o verdadeiro *self* para além do colamento com as drogas. Essa postura confere uma dimensão ao fenômeno, que transcende uma mera hipótese psicológica; as questões provocadas por crianças e adolescentes que estão em frente aos nossos carros fazendo malabarismos, que estão escondidos nos cantos de estabelecimentos comerciais consumindo *crack* e que são mortas por policiais em chacinas à noite pedem por um olhar que tenha em vista aspectos sociais (o que é óbvio) e, também, aspectos de ordem ética, em sua acepção enquanto *ethos* – morada. Qual o âmbito simbólico disponível a essas pessoas que permita a produção de objetos e a execução de atividades em que elas se possam ver refletidas? Ou seja, que espaços-tempo tal população têm disponíveis para poder expressar-se de forma espontânea e criativa de modo a dar realidade ao verdadeiro *self* e, ao mesmo tempo, construir um lugar na cultura?

A partir de tais questionamentos, é possível criar reflexões e ações que visem, sobretudo, a abrangência de experiências com o mundo e com o outro, em sua materialidade e afetividade e que possibilitem expressões do verdadeiro *self*, de modo mais rico e transformador. Assim, um trabalho psicológico que se proponha fazer com essas crianças e adolescentes deve proporcionar um ambiente em que elas possam desdobrar seu verdadeiro *self* através de materialidades nas quais elas possam se ver representadas, de brincadeiras em que elas possam se sentir espontâneas e seguras e de relações afetivas em que elas possam confiar. Aqui, as experiências que o psicólogo possa proporcionar irão exercer as funções que o ambiente deficiente não pôde oferecer ao longo do desenvolvimento. Como que de forma regressiva, o *holding* (sustentação), o manejo e o *setting*, que não possibilitaram o desenvolvimento adequado, são rerepresentados pelo psicólogo em um tempo e um espaço que permitam que as experiências necessárias sejam desdobradas.

Com isso, concluímos que, antes de ser um mal que deva ser extinto, o uso abusivo de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes em situação de rua pode ser tomado como uma experiência que pede para ser desdobrada em um caminho que tenha em vista a apropriação de si mesmo e do mundo com uma maior amplitude e pluralidade.

Notas

- ¹ Psicólogo. Técnico do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD-UFBA).
- ² “Lugar público por excelência, onde tudo (ou quase tudo) é permitido, a rua torna-se, a cada dia, na sociedade atual, espaço privado ou, pelo menos, lugar onde gestos da vida privada tornam-se visíveis aos olhos de todos, sob as árvores das praças, embaixo dos viadutos ou, escancaradamente, nas calçadas, diante de cinemas, lojas ou pontos de ônibus” (NERY FILHO; JACOBINA, 1999, p. 78).

- ³ Palavra de origem grega que diz respeito à morada, pátria; ou seja, à possibilidade humana de morar no mundo entre os homens. (SAFRA, 2004).
- ⁴ A solidão essencial diz respeito ao estado de dependência absoluta onde não há uma distinção entre eu e o não-eu; refere-se, portanto, às sensações promovidas pelos primeiros cuidados maternos que atendem, satisfatoriamente, às necessidades psíquicas e físicas do lactente.
- ⁵ É importante destacar que tal como o bebê não existe sem a presença materna, a “mãe suficientemente boa também não existe sem os outros. Ela não existe sem um campo sócio-cultural, que lhe dê possibilidades de exercer suas funções. A boa maternagem, assim como suas falhas, tem origem na mãe, no pai, nos ancestrais, na situação social em que a mãe se encontra, nas características de sua cultura e de sua época” (SAFRA, 2005, p. 149).
- ⁶ Esse momento é também concebido como um estado de solidão essencial do bebê, uma vez que ele não possui a capacidade de perceber o mundo como uma alteridade. Como destaca Souza: “a solidão inicial é a condição subjetiva do verdadeiro self e sua preservação ao longo da vida como núcleo incomunicado é essencial para o sujeito. É a partir dela que o sujeito pode estabelecer um relacionamento criativo com o mundo que o circunda e são as ameaças contra ela por parte de um meio inadequado que estão na base das angústias de aniquilação, de intrusão ou de separação” (2003, p. 9).
- ⁷ A noção de objetos líquidos e gasosos é tomada de Michael Balint, que associa esses objetos às experiências precoces de amor primário, marcado por uma indiferenciação entre eu e não-eu. Tal conceito, por sua vez, se aproxima da definição winnicottiana de estado de dependência absoluta.

Referências

ALVES, Paola Biasoli. **O brinquedo e as atividades de crianças em situação de rua**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

AVELLAR, Luziane Zacche. **Jogando na análise de crianças: intervir-interpretar na abordagem winnicottiana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

FERREIRA, Tânia. **Os meninos de rua: uma interpelação à Psicanálise**. Belo Horizonte: FUMEC\Autêntica, 2001.

HUTZ, Cláudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos em Psicologia**, n. 2, p.175-197, 1997.

NEISA-SILVA L.; KOLLER, S. H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 205-230.

NERY FILHO, A.; JACOBINA, R. Meninos de rua e drogas. In: _____. **Conversando sobre drogas**. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 77-83.

SÁ, A. Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional. **Psicologia Ciência e Prática**. v. 3, n. 1, p. 13-22, 2001.

SAFRA, G. **A face estética do Self**. São Paulo: Idéias & Letras; Unimarco, 2005.

SAFRA, G. **A pó-ética na clínica contemporânea**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

SOUZA, Octavio. **Aspectos clínicos e metapsicológicos dos usos das drogas**. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro, out. 2003. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/5c_Souza_81071003_port.pdf>. Acesso em: 17 out. 2005.

WINNICOTT D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo (1963). In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. p. 79-87.

WINNICOTT D. W. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self (1960). In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. p. 128-139.

WINNICOTT, D.W. A tendência anti-social (1956) In: _____. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 499-510.

WINNICOTT, D.W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais (1951) In: _____. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 389-408.